

*Exmo. Senhor*

*Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,*

*Dr. Domingos Quintas*

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2017.03.14

ASSUNTO: Proposta n.º 190-P/2017

«Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a Regularização das instalações de Doces Opções, Unipessoal, Lda.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 14 de março de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

*Basílio Horta*



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

# CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

## DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

11

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 14-03-2017**.

Proposta nº 190-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por unanimidade.*

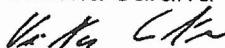
Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 14 de março de 2017.

O Presidente

  
Basílio Horta

*P. A.* A Coordenadora

Helena Saraiva

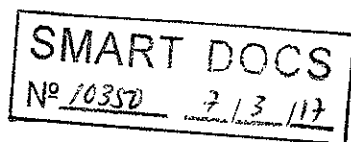




Património Mundial UNESCO

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/[gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)



## PROPOSTA N.º 90 P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente **Doces Opções, Unipessoal, Lda.**, solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das suas instalações sitas na Rua casal da ligeira, n.º 77, Armazém D, em Fervença, Terrugem, União das

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com c

Nº 11



Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:**

**Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações do requerente Doces Opções, Unipessoal, Lda., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.**

Paços do Concelho de Sintra, 2 de 03 de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o

nº 11



**Assunto:** CT/1858/2015/IM - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - Doces Opções, Unipessoal, Lda.

<p><b>Parecer:</b></p> <p>Concordo A consideração superior. 2017.02.24</p>	<p><b>Despacho:</b></p> <p>Concedido 2/3/17 Reunião de 14 MAR, 2017 Docº Agendado com nº 11</p>
--	---

**De:** Helga Boal Ventura - DGT

**Para:** Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território, Arqta. Lina Catarino.

Em 23.12.2015, veio a empresa DOCES OPÇÕES, UNIPESSOAL, LDA. instruir, junto dos serviços municipais, um pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das suas instalações afetas à atividade de fabricação de produtos alimentares, designadamente, de panificação e pastelaria, que integra a Secção C - Indústrias Transformadoras, Divisão 10, Classe 1071 e Subclasses 10711 e 10712, do CAE (ver.3).

### 1. Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, atenta a impossibilidade de regularização ou licenciamento das alterações pretendidas e a consequente impossibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental, bem como da limitação de projetos de investimento e criação de emprego, aprovou o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras**, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Regime Jurídico que visa criar um mecanismo que permita avaliar a regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de

exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

E que é, também, aplicável aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de atividade, incluindo os desconformes com os Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares, ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, ainda, estabelecimentos e explorações com título válido **cujas alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os supra mencionados IGT(s) ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

São requisitos de aplicação do presente regime, o exercício da atividade por um período mínimo de dois anos ou estando a atividade suspensa, ter a suspensão ocorrido há menos de um ano, com exceção das situações em que a suspensão foi autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de três anos.

O pedido de regularização das atividades económicas objeto do presente diploma deve ser instruído com **Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal**, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decereto-Lei n.º 165/14, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, deve ser instruído pelo interessado, que deve juntar os elementos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 4 e nas alíneas a) a c), g) a i) e n) do n.º 5 do artigo 5.º do diploma *sub judice*, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

## II. Do Pedido

O requerente deu entrada do pedido para Declaração de Interesse Público Municipal, com vista à regularização e licenciamento industrial da parte das suas instalações de atividade de fabricação de produtos alimentares, designadamente, de panificação e pastelaria, que não se encontram abrangidas pela licença de utilização, inicialmente emitida.

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
No

A instalação industrial está localizada em classe de espaço industrial, na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Sintra, no entanto, a construção está implantada em violação do disposto no ponto 3, alínea c) do artigo 29.º do Regulamento do PDM, que determina o afastamento mínimo de 5,00m ao limite do lote, conforme Informação n.º SM/12275/2015/DGLI.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho nº 9-P/2015 de 21 de janeiro, em 10.02.2016, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável condicionado à criação de uma barreira arbórea, à requalificação do edificado existente e à existência de infraestruturas.

O requerente instruiu o seu pedido com os elementos previstos no nº 4 DO ARTIGO 5.º do d.l. N.º 165/2014 no Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG e, ainda, os previstos no nº 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O requerente possui atualmente 12 colaboradores. A faturação da empresa nos anos de 2013 e 2014 foi de €71.824,01 e de €138.331,34, respetivamente.

Relativamente aos inconvenientes da deslocalização da empresa alegou que os custos de uma eventual mudança da empresa, seriam elevados no campo financeiro e logístico e inviabilizariam a sobrevivência da empresa, com a consequente extinção da mesma e a extinção dos 12 postos de trabalho.

#### **Conclusão / Proposta**

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável condicionado do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da DGLI** nº SM/12275/2015, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que em caso de concordância:

Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações do requerente, **Doces Opções, Unipessoal, Lda.**, tendo por base os fundamentos



de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 24 de fevereiro de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº

11



A instalação industrial está localizada em classe de espaço industrial, na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Sintra, no entanto, a construção está implantada em violação do disposto no ponto 3, alínea c) do artigo 29.º do Regulamento do PDM, que determina o afastamento mínimo de 5,00m ao limite do lote, conforme Informação n.º SM/12275/2015/DGLI.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho n.º 9-P/2015 de 21 de janeiro, em 10.02.2016, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável condicionado à criação de uma barreira arbórea, à requalificação do edificado existente e à existência de infraestruturas.

O requerente instruiu o seu pedido com os elementos previstos no n.º 4 DO ARTIGO 5.º do d.l. N.º 165/2014 no Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG e, ainda, os previstos no n.º 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O requerente possui atualmente 12 colaboradores. A faturação da empresa nos anos de 2013 e 2014 foi de €71.824,01 e de €138.331,34, respetivamente.

Relativamente aos inconvenientes da deslocalização da empresa alegou que os custos de uma eventual mudança da empresa, seriam elevados no campo financeiro e logístico e inviabilizariam a sobrevivência da empresa, com a consequente ~~extinção~~ da mesma e a extinção dos 12 postos de trabalho.

### Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável condicionado do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da DGLI** n.º SM/12275/2015, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que em caso de concordância:

Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações do requerente, **Doces Opções, Unipessoal, Lda.**, tendo por base os fundamentos

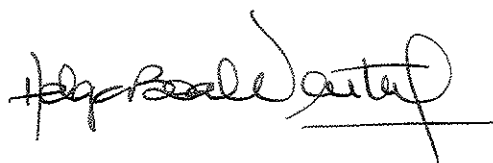


de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 24 de fevereiro de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

14 MAR. 2017

Docº Agendado com o  
Nº

11

Documentação referente à **Proposta nº 190-P/2017** –  
Reconhecimento do interesse público municipal na regularização  
das instalações – Doces Opções, Unipessoal, Lda

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/7A86eDfXTJZYmMf>